Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.

(Anteriormente denominada EKTT13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A)

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2019 e 2018

KPDS 677338

Conteúdo

Relatório da Administração regulatório 2019 **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias **7**

Balanços patrimoniais **10**

Demonstrações do resultado **11**

Demonstrações do resultado abrangente **12**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **13**

Demonstrações do fluxo de caixa **14**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias **15**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2019

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2
1. A NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A 2
1.1. Estrutura Societária 2
2. DESEMPENHO OPERACIONAL 2
3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO 3
3.1. Subestação em construção 3
4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS 3
5. RECEITA ANUAL PERMITIDA 3
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO 3
6.1. Resultado Econômico Financeiro 4
DISCLAIMER 4

INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2019, a Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A

A Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. (anteriormente denominada EKTT 13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A) (“Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Na assembleia geral extraordinária realizada em 15 de outubro de 2019, o acionista aprovou a alteração de denominação social da Companhia, de EKTT13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. para Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão: instalação de transmissão localizadas no estado de São Paulo, compostas pelo Compensador Estático de Reativos (CER) de (-150/+300) Mvar na Subestação Fernão Dias; Conexão do CER; interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Companhia está em fase de construção e durante

este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R$13.279, o prazo de concessão é de 30 anos.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas					
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	-	500kV	-	11/02/2021	11/08/2047

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Subestação - Evolução Física e Investimentos				
Subestação	Evolução Física em 31/12/2018	Investimento Realizado até 31/12/2018 (R$ Mil)*	Evolução Física em 31/12/2019	Investimento Realizado até 31/12/2019 (R$ Mil)*
SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	11%	18.427	100%	55.502

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por SE

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP – receita anual permitida é o valor em reais (R$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Neoenergia Atibaia é de R$13.278.501,37 e será atualizada anualmente via IPCA.

Projeto de Subestação - Características Financeiras					
Subestação	Propriedade	RAP (R$ mil)	AP Proporcional (R$ m	Mês base reajuste	Índice de Correção
SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	Neoenergia Atibaia	13.279	13.279	Julho	IPCA

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R$ mil)	2019	2018	2019 X 2018 R$	2019 X 2018 %
Receita Bruta	**-**	**-**	**-**	**-**
Deduções da Receita Bruta	-	-	-	-
Custo Não Gerenciável	-	-	-	-
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis	**-**	**-**	**-**	**-**
Custo Gerenciável	(146)	(144)	(2)	1,39
Amortização / Depreciação	(3)	(4)	1	(25,00)
Resultado da Atividade	**(149)**	**(148)**	**(1)**	**0,68**
EBITDA	**(146)**	**(144)**	**(2)**	**1,39**
Resultado Financeiro	331	237	94	39,66
Lucro Antes dos Impostos	**182**	**89**	**93**	**104,49**
IR e CSLL	(24)	(21)	(3)	14,29
Lucro (Prejuízo) do Período	**158**	**68**	**90**	**132,35**

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e, portanto, não possui RAP e consequentemente receita bruta.

Seus custos gerenciáveis são relacionados a despesas não capitalizáveis como pessoal e administradores e serviços de terceiros administrativos (R$2 mil).

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi positivo em 2019 em R$331 mil, sendo R$364 mil referentes a receitas financeiras e R$33 mil referentes a despesas financeiras.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou Lucro Líquido de R$158 mil e EBITDA negativo de R$146 mil.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Atibaia, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Atibaia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Atibaia.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Atibaia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da

Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.

Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa n° 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de abril de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)
CNPJ 27.848.099/0001-32
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Ativos			
Ativo circulante		**8.237**	**7.096**
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.969	5.839
Tributos compensáveis		221	98
Despesas pagas antecipadamente		27	41
Instrumentos financeiros derivativos	8	4	1.100
Outros ativos circulantes		16	18
Ativo não circulante		**77.783**	**22.217**
Tributos diferidos		58	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	3
Outros ativos não circulantes		38	39
Imobilizado	6	77.669	22.167
Intangível	6	18	8
Total do ativo		**86.020**	**29.313**
Passivo			
Passivo circulante		**936**	**704**
Fornecedores	7	652	377
Obrigações sociais e trabalhistas		62	108
Instrumentos financeiros derivativos	8	131	91
Tributos	9	54	110
Outros passivos circulantes		37	18
Passivo não circulante		**11**	**72**
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	72
Outros passivos não circulantes		11	
Total do Passivo		**947**	**776**
Patrimônio líquido	10		
Capital social		84.883	27.481
Reservas de lucros		53.866	4.048
Lucros ou prejuízos acumulados		(53.592)	(3.932)
Outros resultados abrangentes		(84)	940
Total do patrimônio líquido		**85.073**	**28.537**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**86.020**	**29.313**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)
CNPJ 27.848.099/0001-32
Demonstração do Resultado dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		**(149)**	**(148)**
Material			-
Pessoal e administradores	11	(79)	(72)
Serviços de terceiros		(59)	(57)
Arrendamento e aluguéis			-
Tributos			-
Depreciação e amortização		(3)	(4)
Outros gastos operacionais		(8)	(15)
Resultado da Atividade		**(149)**	(148)
Resultado Financeiro	12	**331**	**237**
Receitas financeiras		364	243
Despesas financeiras		(33)	(6)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**182**	**89**
Despesa com impostos sobre os lucros		(24)	(21)
Lucro líquido do exercício		**158**	**68**
Lucro por ação			
Básico e diluído lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,0018	0,0009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)
CNPJ 27.848.099/0001-32
Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**158**	**68**
Participação sobre ajustes ao valor justo de *hedges* de fluxo de caixa	(1.067)	940
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	43	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**(1.024)**	**940**
Resultado abrangente do exercício	(866)	**1.008**
Lucro básico e diluído por ação do capital – R$:		
Ordinária	(0,0097)	0,0126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)
CNPJ 27.848.099/0001-32
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

		Reserva de Lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**11.222**	**4**	**64**	**21**	**-**	**(41)**	**11.270**
Aumento de capital	16.259	-	-	-	-	-	16.259
Capital social para integralização	-						-
Adoção inicial – CPC 47	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	68	68
Outros resultados abrangentes:							
Efeito de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	940	-	940
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	199	-	-	-	(199)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	2.975	-	-	(2.975)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	785	-	(785)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**27.481**	**203**	**3.039**	**806**	**940**	**(3.932)**	**28.537**
Aumento de capital	61.920	-	-	-	-	-	61.920
Capital social para integralização	(4.518)	-	-	-	-	-	(4.518)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	158	158
Outros resultados abrangentes:							
Efeito de hedge de fluxo de caixa	-	-		-	(1.024)	-	(1.024)
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		2.490	-	-	-	(2.490)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	47.328	-	-	(47.328)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**84.883**	**2.693**	**50.367**	**806**	**(84)**	**(53.592)**	**85.073**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

CNPJ 27.848.099/0001-32

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do exercício	**158**	**68**
Despesas (Receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa	**367**	**25**
Depreciação e Amortização	3	4
Imposto de renda e Contribuição social	24	21
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais e derivativos e outras receitas e despesas financeiras	340	-
	525	**93**
Redução (aumento) de ativos		-
IR e CSLL a Recuperar	(77)	13
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(46)	-
Despesas pagas antecipadamente	14	(68)
Outros ativos	2	(56)
	(107)	**(111)**
Aumento (Redução) de passivos		
Salários e encargos a pagar	(46)	91
Fornecedores	275	228
IR e CSLL à Recolher	(14)	-
Tributos e contribuição social a recolher, exceto IR e CSLL	(48)	79
Outros passivos	32	18
	199	**416**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**617**	**398**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(33)	(8)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**584**	**390**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado e intangível	(55.515)	(18.427)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(55.515)**	**(18.427)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	57.402	16.259
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e swap	(341)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**57.061**	**16.259**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**2.130**	**(1.778)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	5.839	7.617
No fim do exercício	7.969	5.839
	2.130	**(1.778)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazos. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre agentes de governo, agentes públicos e privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.(“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

A Companhia possui sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão: instalação de transmissão localizadas no estado de São Paulo, compostas pelo Compensador Estático de Reativos (CER) de (-150/+300) Mvar na Subestação Fernão Dias; Conexão do CER; interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R$ 13.279, o prazo de concessão é de 30 anos.

Na assembleia geral extraordinária realizada em 15 de outubro de 2019, o acionista aprovou a alteração de denominação social da Companhia, de EKTT13-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. para Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 16, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 10 de junho de 2020 as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 13.h de estimativa de valor justo.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou, julgamentos e, estimativas, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

(i) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº13;

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia adotou, na contabilidade societária, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e as mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação ou não emitiu pronunciamento contábil.

As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2019, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:
Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação compulsória. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.
Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social, quando aplicável.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixa e depósitos bancários à vista	3	4
Fundos de investimento	7.966	5.835
	7.969	**5.839**

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

	2019
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI	
Itaú Curto Prazo	
Compromissadas com lastro de títulos públicos	7.050
Compromissadas com lastro de títulos públicos	917
Outros	(1)
Total CEC - Fundos Exclusivos	**7.966**

6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2019	Adições líquidas = (A)+(B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Administração							
Máquinas e equipamentos	5	-	5	-	(2)	3	4
Subtotal	5	**-**	**5**	**-**	**(2)**	**3**	**4**

Ativo imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Transmissão							**-**
Edificações, obras civis e benfeitorias	**-**	4.997	4.997	-	**-**	4.997	-
Máquinas e equipamentos	4.645	49.972	54.617	-	-	54.617	4.645
Terrenos	34	-	34	-	-	34	34
Móveis e utensílios	-	3.490	3.490	-	-	3.490	-
Outros	17.484	(2.956)	14.528	-	-	14.528	17.484
Subtotal	**22.163**	**55.503**	**77.666**	**-**	**-**	**77.666**	**22.163**
				-			
Total do ativo imobilizado	**22.168**	**55.503**	**77.671**	**-**	**(2)**	**77.669**	**22.167**

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2019	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Ativo intangível em serviço						
Administração						
Softwares	11	-	11	(5)	6	8
Subtotal	**11**	**-**	**11**	**(5)**	**6**	**8**
Ativo intangível em curso						
Administração						
Softwares	-	12	12	-	12	-
Subtotal	**-**	**12**	**12**	**-**	**12**	**-**
Total do ativo intangível	**11**	**12**	**23**	**(5)**	**18**	**8**

Por atividade, o imobilizado e o intangível está constituído da seguinte forma:

		2019			2018
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Administração					
Custo histórico	13%	16	(7)	9	12
		16	**(7)**	**9**	**12**
Em curso					
Transmissão		77.666	-	77.666	22.163
Administração		12	-	12	-
		77.678	**-**	**77.678**	**22.163**
Total		**77.694**	**(7)**	**77.687**	**22.175**

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Estrutura (Torre)	2,70%
Transformador de força	2,86%
Transformador de medida	3,33%
Chave seccionadora	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do ativo imobilizado em curso do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso - R$ mil	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
Edificações	2.018	2.979	-	-	4.997
Máquinas e equipamentos	39.483	10.489	-	-	49.972
Móveis e utensílios	3.444	46	-	-	3.490
A ratear	166	340	351	385	1.242
Adiantamentos a fornecedores	(4.198)	-	-	-	(4.198)
Total das adições	**40.913**	**13.854**	**351**	**385**	**55.503**

7. FORNECEDORES

	2019	2018
Materiais e serviços		
Terceiros	652	377
Total	**652**	**377**

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos ativos são como segue:

Instrumento Derivativos	Principal circulante	Saldo em 31/12/2019	Indexador	Vencimento final
EKTT13_NDF_ITAU_1.2018_CTR_112018010001000	4	4	US$	27/02/2020
Total	4	4		

Os instrumentos financeiros derivativos passivos são como segue:

Instrumento Derivativos	Instituição / Contraparte	Data de início	Data de vencimento	Valor Contratado	Fair Value
EKTT13_NDF_ITAU_1.2018_CTR_112018010000500	Itaú	02/01/18	27/02/20	841	(77)
EKTT13_NDF_ITAU_1.2018_CTR_112018010001600	Itaú	02/01/18	26/03/20	564	(54)
Total				1.405	(131)

9. TRIBUTOS

	2019	2018
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	8
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	27	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1	1
Instituto nacional de seguridade social - INSS	15	12
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	3	4
Imposto sobre serviços - ISS	1	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	3	85
Outros	4	-
	54	**110**

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia é composto por 89.400.567 ações ordinárias (79.882.968 ações em 2018), representando R$84.883 (R$27.481em 2018).

Em 15 de outubro do mesmo ano, foi aprovado pela Neoenergia S.A., a partir de uma assembleia geral extraordinária, novo aumento de capital no total de R$9.518, mediante a emissão de 9.517.599 ações ordinárias.

	Lote de mil ações ordinárias		
Acionista	Lote de mil ações	R$	%
Neoenergia	89.401	84.883	100%
Total	**89.401**	**84.883**	**100%**

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	158	68
Média ponderada das ações emitidas	89.401	79.883
Lucro básico e diluído por ação – R$	**0,0018**	**0,0009**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da companhia, conforme previsto na legislação.

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar é constituída como uma destinação dos lucros do exercício com o objetivo de não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia.

11. PESSOAL E ADMINISTRADORES

Custos	2019	2018
Remuneração	(60)	-
Encargos	(20)	-
Participação nos lucros e resultados - PLR	30	(72)
Outros custos e despesas	(29)	-
Total custos	**(79)**	**(72)**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

12. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	374	247
Variações monetárias e cambial – Outras receitas	7	-
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(17)	(4)
Total	**364**	**243**
Despesas financeiras		
IOF	(14)	(6)
Outras despesas financeiras	(19)	-
Total	**(33)**	**(6)**
Resultado financeiro, líquido	**331**	**237**

13. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito da Companhia Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

b) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras.

Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$7.966 (R$5.835 em 31 de dezembro de 2018) em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2020
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	652	652	652
Passivos financeiros derivativos			
Non-deliverable Forwards (NDF)	127	127	127

e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	7.969	5.838
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		
Non-deliverable forwards (NDF)	4	1.103

f) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os principais instrumentos utilizados são swaps e Non-deliverable Forwards (NDF) e opções de câmbio.

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente.

(i) Programa de hedge para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (Non-deliverable forwards) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

	Valor de referência		Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
NDF	**2018**	**2019**	**2019**	**2018**	**2019**
Desembolso USD Empresa					
Termo	$9	$2.482	4	1.034	-
Líquido			**4**	**1.034**	**(1.030)**

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(ii) Programa de hedge para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

	Valor de referência		Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
NDF	**2018**	**2019**	**2019**	**2018**	**2019**
Desembolso EUR Empresa					
Termo	-	€460	-	68	-
Líquido	**-**	**-**	**-**	**68**	**(68)**

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Programa de hedge para desembolsos em Coroa sueca

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados à Coroa sueca.

	Valor de referência		Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
NDF	**2018**	**2019**	**2019**	**2018**	**2019**
Desembolso SEK Empresa					
Termo	SEK 2.938	SEK 43.613	(131)	(163)	-
Líquido			**(131)**	**(163)**	**32**

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

g) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.

- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.

- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,4%	7.966	351	(88)	(175)

14. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado. O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

		2019		2018	
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		**7.969**	**7.969**	**5.838**	**5.838**
Caixa e equivalentes de caixa	2	7.969	7.969	5.838	5.838
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		**4**	**4**	**1.103**	**1.103**
Non-deliverable forwards (NDF)	2	4	4	1.103	1.103
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		**652**	**652**	**377**	**377**
Fornecedores	2	652	652	377	377
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		**131**	**131**	**164**	**164**
Non-deliverable forwards (NDF)	2	131	131	164	164

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

(i) Instrumentos financeiros derivativos

NDF – Non-deliverable forwards

A metodologia para cálculo da marcação de mercado dos contratos de futuros de câmbio do Grupo, é conforme a seguir:

- Para compra de futuro de moeda:

$$M.Val = Notional\ Curr \times [1 \div m.rate - 1 \div contr.rate] \div FDt$$

- Para venda de futuro de moeda:

$$M.Val = Notional\ Curr \times [1 \div contr.rate - 1 \div m.rate] \div FDt$$

Onde:

$Notional\ Curr$ = Notional contratado em moeda estrangeira

$m.rate$ = taxa forward da moeda estrangeira na data do fixing contratual

$contr.rate$ = taxa a termo contratada

FDt = fator de desconto da data do vencimento até a data de apuração.

15. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R$)	Prêmio (R$)
Seguro garantia	02/08/2017 a 08/11/2021	7.054	60

Os seguros de Responsabilidade Civil Geral e Risco Operacional são de responsabilidade dos fornecedores e estão garantidos em cláusulas contratuais.

16. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Balanços patrimoniais

	Notas	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		**8.237**	**10.512**	**18.749**	**7.096**	**(1)**	**7.095**
Caixa e equivalentes de caixa		7.969	-	7.969	5.039	(1)	5.838
Tributos compensáveis		221	-	221	98	-	98
Outros ativos circulantes		16	-	16	18	-	18
Concessão do serviço público (Ativo contratual)	16.1	-	10.512	10.512			
Despesas pagas antecipadamente		27	-	27	41	-	41
Instrumentos financeiros derivativos		4	-	4	1.100	-	1.100
Ativo não circulante		**77.783**	**70.597**	**148.380**	**22.217**	**7.421**	**29.638**
Concessão do serviço público (Ativo contratual)	16.1	-	148.321	148.321	-	29.585	29.585
Tributos diferidos		58	(58)	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		38	-	38	39	(1)	38
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	3	-	3
Imobilizado	16.1	77.669	(77.666)	3	4		4
Intangível		18	-	18	22.171	(22.163)	8
Total do ativo		**86.020**	**81.109**	**167.129**	**29.313**	**7.420**	**36.733**
Passivo							
Passivo circulante		**936**	**-**	**936**	**704**	**1.495**	**2.199**
Fornecedores		652	-	652	377	-	377
Obrigações sociais e trabalhistas		62	-	62	108	-	108
Tributos		54	-	54	110	-	110
Instrumentos financeiros derivativos		131	-	131	91	-	91
Outros passivos circulantes		37	-	37	18	1.495	1.513
Passivo não circulante		**11**	**27.517**	**27.528**	**72**	**1.993**	**2.065**
Tributos diferidos	16.2	-	27.517	27.517	-	1.993	1.993
Outros passivos não circulantes		11	-	11	-	-	-
Total do passivo		**947**	**27.517**	**28.464**	**776**	**3.488**	**4.264**
Patrimônio líquido							
Capital social		84.883	-	84.883	27.481	-	27.481
Outros resultados abrangentes		(84)	-	(84)	940	-	940
Reservas de lucros		53.866	-	53.866	4.048	-	4.048
Lucros (prejuízos) Acumulados	16.3	(53.592)	53.592	-	(3.932)	3.932	-
Total do patrimônio líquido		85.073	53.592	138.665	28.537	3.932	32.469
Total do passivo e do patrimônio líquido		86.020	81.109	167.129	29.313	7.420	36.733

Demonstrações dos resultados

	Notas	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		**-**	**129.246**	**129.246**	**-**	**24.804**	**24.804**
Disponibilização do sistema de transmissão	16.1	-	129.246	129.246	-	24.804	24.804
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
PIS-PASEP		-	-	-	-	-	-
Cofins		-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		**-**	**-**	**-**	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		-	-	-	-	-	-
Receita líquida		**-**	**129.246**	**129.246**	**-**	24.804	24.804
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		**-**	**-**	**-**	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis							
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		**(149)**	**(54.003)**	**(54.152)**	**(148)**	**(19.839)**	**(19.987)**
Pessoal		(79)	-	(79)	(72)	-	(72)
Material		-	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros		(59)	-	(59)	(57)	-	(57)
Arrendamento e aluguéis		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização		(3)	-	(3)	(4)	-	(4)
Outros gastos operacionais	16.1	(8)	(54.003)	(54.011)	(15)	(19.839)	(19.854)
Resultado da atividade		**(149)**	**75.243**	**75.094**	**(148)**	**4.965**	**4.817**
Resultado financeiro		**331**	**-**	**331**	**237**	**-**	**237**
Despesas financeiras		(33)	-	(33)	(6)	-	(6)
Receitas financeiras		364	-	364	243	-	243
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**182**	**75.243**	**75.425**	**89**	**4.965**	**5.054**
Despesa com impostos sobre os lucros	16.2	(24)	(25.583)	(25.607)	(21)	(1.689)	(1.710)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**158**	**49.660**	**49.818**	**68**	**3.276**	**3.344**
Lucro (prejuízo) por ação							
Lucro (prejuízo) básico e diluído do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,0018		0,5572	0,0009	-	0,0419

16.1. Concessão do serviço público (Ativo contratual)

Os ajustes das diferenças entre contabilidade societária e regulatória são decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 que estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

Pelos novos requerimentos deste pronunciamento, a Companhia reconhece a receita somente quando uma obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica “Remuneração do ativo contratual”, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

As contraprestações são classificadas como um “Ativo de Contrato”.

16.2. Tributos diferidos

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos, na contabilidade societária, são aplicados sobre a margem de construção, durante a fase de construção e são realizados a partir da fase de operação até o prazo final da concessão.

16.3. aaPrejuízos acumulados

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

16.4. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2019	2018
Saldos PL conforme contabilidade societária	**138.665**	**32.469**
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	**(53.592)**	**(3.932)**
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(62)	(62)
Adoção inicial CPC 47	(612)	(612)
Efeitos da aplicação do CPC 47	(80.210)	(4.967)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	27.292	1.709
Saldos PL conforme contabilidade regulatória	**85.073**	**28.537**

16.5. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2019	2018
Lucro líquido societário do exercício	**49.818**	**3.344**
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	**(49.660)**	**(3.276)**
Efeitos da aplicação do CPC 47	(75.243)	(4.965)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	25.583	1.689
Lucro líquido (prejuízo) do exercício regulatório	**158**	**68**

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que, somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e, podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada. Até o momento, não identificamos nenhum impacto material. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente possível fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração segue avaliando, de forma constante, os potenciais impactos do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os eventuais impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis regulatórias.

b) Início da operação comercial

Em 12 de março de 2020, a Companhia obteve as aprovações necessárias do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e iniciou sua operação comercial, passando a receber RAP a partir desta data.